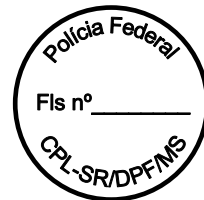




MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO por SRP nº 01/2012

PROCESSO nº 08335.022407/2011-89

ANEXO I

Termo de Referência

1. DO OBJETO:

1.1. O objeto deste Termo de Referência é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de auxiliar de manutenção predial com fornecimento de ferramentas e equipamentos, conforme Anexo II, a serem executados no edifício sede da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul e Delegacias descentralizadas.

1.2. Itens: Auxiliar de manutenção predial: descrição conforme item 4.1.

1.3. Localidades com endereços:

Local / Endereço	
SR/DPF/MS	Sede da Superintendência Regional do DPF em Mato Grosso do Sul, Rua Fernando Luiz Fernandes, nº 322, Vila Sobrinho, Campo Grande/MS.
DPF/DRS/MS	Delegacia do DPF, na cidade de Dourados/MS, Rua Aziz Rasselen, nº 360 – Jardim Tropical Dourados/MS
DPF/NVI/MS	Delegacia do DPF, na cidade de Naviraí/MS, Av. Mato Grosso nº 1.215 Centro, Naviraí/MS.
DPF/PPA/MS	Delegacia do DPF, na cidade de Ponta Porã/MS, Av. Presidente Vargas, nº 50, Centro – Ponta Porã/MS.
DPF/TLS/MS	Delegacia do DPF, na cidade de Três Lagoas/MS, Rua Joaquim Murtinho, nº 3.261 Jd. Angelica, Três Lagoas/MS.
DPF/CRA/MS	Delegacia do DPF, na cidade de Corumbá/MS, Praça da Republica, 51 Centro, Corumbá/MS.

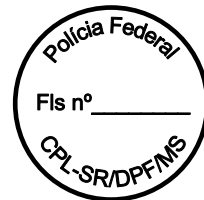
2. QUANTITATIVOS E LOCAIS ONDE SERÃO EXECUTADOS OS SERVIÇOS

2.1. O quantitativo de serviços contratados, para efeito de acompanhamento físico do contrato e pagamento dos serviços, considerará como unidade de medida:

ITEM 01	LOCAL	QUANT. DE POSTO
	SR/DPF/MS – CAMPO GRANDE	02



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



	DPF/DRS/MS - DOURADOS	01
	DPF/NVI/MS – NAVIRAI	01
	DPF/PPA/MS – PONTA PORÃO	01
	DPF/TLS/MS – TRES LAGOAS	01
	DPF/CRA/MS - CORUMBA	01
	TOTAL	07

2.2. A Unidade de Medida adotada é por Posto de Trabalho, de forma excepcional, tendo em vista a impossibilidade de mensuração de todas as atividades executadas que levem a um resultado para fins de pagamento.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. Esta contratação dá-se em função dos serviços serem de natureza continuada, necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições. Cabe observar que a interrupção irá comprometer a continuidade de suas atividades e a contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente. Devido à importância destes serviços e no intuito de sempre melhor atender aos pedidos de manutenção que surgem na SR/DPF/MS, faz-se necessária a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de auxiliar de manutenção predial com fornecimento de ferramentas e equipamentos, uma vez que não se dispõe de recursos materiais e humanos no Quadro de Pessoal para realização dessa atividade.

3.2. Além disso, o cargo relacionado com o objeto desta contratação não faz parte do plano de carreira deste Órgão para suprir a demanda dos serviços acima mencionados.

3.3. O Decreto nº 2.271/97, que dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, prevê:

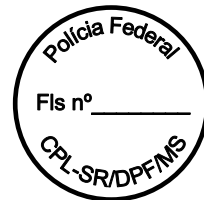
“artigo 1º, § 1º. As atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta.” (grifo nosso).

“artigo 1º, § 2º: Não poderão ser objeto de execução indireta as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.”

3.4. A contratação de empresa especializada para prestação dos serviços aqui descritos justifica-se além da indisponibilidade de mão-de-obra especializada no quadro funcional deste Órgão, também pela constante necessidade de realização



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



de manutenções diversas, tais como efeitos de fenômeno climático (insolações, pluviosidade, umidade e temperatura), que são significativamente causadores da degenerescência das instalações físico-estruturais da SR/DPF/MS, com alteração da cor, micro-fraturas, descascamentos, perda de resistência, manchas por bolores (fungos), além da necessidade de troca de lâmpadas e outros componentes elétricos, conserto de vazamentos, troca e/ou instalação de componentes hidrossanitários, entre outros serviços prediais básicos necessários para a conservação do patrimônio público.

3.5. Portanto a não adoção dos serviços de manutenção predial básica, acabará inviabilizando o funcionamento e das condições adequadas de trabalho, causando a impressão de descaso e abandono com a coisa pública, devendo ser contratado para que não comprometam a ordem e para manter o zelo essencial com o patrimônio público.

3.6. Os serviços terceirizados demandados destinam-se à realização de atividades acessórias às de competência legal deste Órgão, conforme dispõe o Decreto nº 2.271/97, contribuem para o bom funcionamento da SR/DPF/MS e não são inerentes às atribuições de cargos de seu quadro de servidores.

3.7. Os serviços já são prestados à SR/DPF/MS, porém o contrato que os regem está em iminência de findar.

4. VALORES DE REFERÊNCIA

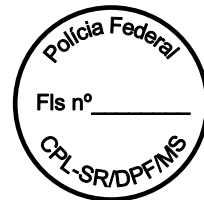
4.1. O custo estimado do presente certame, e que será o máximo admitido em eventual contratação, foi fundamentado em pesquisa de preços praticados no mercado, conforme orçamentos e planilhas apensadas no processo, estando amparado pela PORTARIA SLTI Nº 02, DE 8 DE ABRIL DE 2009, e que serão os máximos admitidos para futura contratação, estão dispostos a seguir:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	Valores totais estimados	
		MENSAL	ANUAL
Serviços auxiliar de manutenção predial	7 (sete) postos - Cada posto deverá ser guarnecido por um (1) auxiliar, em turnos de oito (8) horas diárias, com intervalo de duas (2) horas para almoço, de segunda a sexta-feira.	R\$ 25.865,72 (Vinte e cinco mil oitocentos e sessenta e cinco Reais e setenta e dois centavos)	R\$ 310.388,68 (Trezentos dez mil trezentos e oitenta e oito Reais e sessenta e oito centavos)

4.2. O julgamento das propostas obedecerá ao critério (tipo) de MENOR VALOR GLOBAL ANUAL para o item.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



4.2.1. Considerando que de acordo com os laudos médico-periciais é devido adicional de periculosidade no percentual de 30% (trinta por cento) sobre o salário base, para os auxiliares de manutenção predial que executam serviços nas dependências do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul.

4.2.2. Torna-se necessário que os licitantes considerem o percentual relativo ao adicional de periculosidade em suas respectivas propostas e planilhas de formação de preços.

4.3. Não será aceita proposta acima do valor de referência.

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E PERFIL DO CARGO

5.1. Auxiliar de manutenção predial

5.1.1. A prestação dos serviços de auxiliar de manutenção predial de bens móveis e imóveis, nos locais fixados pela Administração, envolve a alocação, pela contratada, de mão-de-obra, com o cumprimento de 08 horas diárias, com intervalo de 02 horas para almoço, respeitando-se e 44 horas semanais, capacitada para:

- Efetuar as tarefas de manutenção, consertos e reparos dos bens móveis das unidades;
- Atender as necessidades de manutenção em todas as unidades do DPF em Mato Grosso do Sul, a saber: Delegacia de Polícia Federal em Dourados, em Ponta Porã, Naviraí, Três Lagoas, Corumbá e na própria Superintendência Regional em Mato Grosso do Sul;
- Relatar sobre as necessidades de manutenção de cada tipo de bem durável;
- Solicitar o material necessário para os reparos e consertos;
- Auxiliar nos reparos dos bens imóveis, como: serviços de alvenaria, pintura, hidráulica, elétrica, serralheria, cabeamento de rede, impermeabilização, acabamentos, etc;
- Executar outras tarefas da mesma natureza e de igual nível de complexidade.

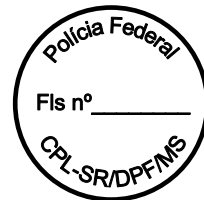
5.1.2. A contratação deverá ser constituída de pessoal qualificado que possa assegurar a prestação satisfatória dos serviços, observado as condições estabelecidas nesta Especificação.

5.2. Perfil mínimo dos cargos de Auxiliar de manutenção predial:

- a) Nível fundamental incompleto;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



- b) Ter experiência comprovada em carteira de trabalho em serviços correlatos ao de auxiliar de manutenção predial;
- c) Facilidade de interação, argumentação e agilidade;
- d) Zelo pelos equipamentos do DPF e organização do local de trabalho;
- e) Pontualidade, assiduidade e cordialidade.
- h) Exercer funções correlatas às acima definidas pelo DPF.

6. HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. Os serviços serão executados em regra em dias úteis, com horários a serem determinados pela SR/DPF/MS, que respeitará o limite máximo 44 horas semanais e 8 horas diárias, com intervalo para refeição de duas horas.

Parágrafo Único – O horário de trabalho, depois de estabelecido, poderá ser modificado se houver interesse da administração, respeitando-se os limites estabelecidos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e na Convenção Coletiva de Trabalho 2011/2012 celebrada entre o Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Asseio e Conservação do MS e o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do MS ou outra que em seu lugar entrar em vigor.

7. IDENTIFICAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS E UNIFORME

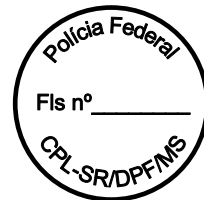
7.1. Os funcionários da Contratada que estiverem prestando serviços nas edificações da Contratante, deverão fazê-lo devidamente uniformizados e com crachás de identificação.

7.2. A contratada deverá fornecer gratuitamente aos seus empregados peças de uniforme novos, submetendo-os previamente à aprovação da Contratante, conforme a seguir:

DESCRIÇÃO DAS PEÇAS – AUXILIAR DE MANUTENÇÃO PREDIAL	QUANTIDADE	PERIODICIDADE DE FORNECIMENTO
Camisa de manga curta, na cor padrão oferecida pela empresa;	02	Semestral
Calça comprida na cor padrão oferecida pela empresa, preferencialmente em tecido brim ou equivalente.	02	Semestral
Par de sapatos/bota/botina em pelica/couro, com solado baixo, antiderrapante, na cor preta.	01	Semestral



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



Meias: na cor preta	02	Semestral
Cinto: na cor preta	01	Semestral

7.3. A CONTRATADA também deverá substituir os uniformes que apresentarem defeitos ou desgastes, independente do prazo estabelecido acima, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE ou mesmo para os empregados.

7.4. As peças dos uniformes deverão ser confeccionadas em tecido de boa qualidade, duráveis e que não desbotem facilmente.

7.5. Os uniformes deverão conter o emblema da CONTRATADA, de forma visível, preferencialmente, na camisa, podendo para isto conter um bolso, do lado esquerdo, para a sua colocação.

7.6. Todos os sapatos deverão ser em couro maleável e boa qualidade – não sintético.

7.7. Os uniformes deverão ser entregues aos empregados da CONTRATADA, mediante recibo em relação nominal, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao responsável pela fiscalização da prestação dos serviços.

7.8. Às empregadas da CONTRATADA que sejam gestantes deverão ser fornecidos uniformes apropriados, substituindo-os sempre que necessário.

8. SUSTENTABILIDADE

8.1. Em atendimento ao disposto na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 da SLTI/MPOG, a contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços:

8.1.1. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

8.1.2. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

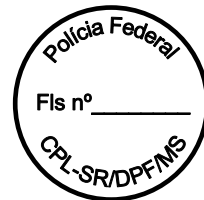
8.1.3. Realizar programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

9. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

9.1. A contratada, além do fornecimento de mão-de-obra necessária para a perfeita execução dos serviços, obriga-se a:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



9.1.1. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

9.1.2. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências;

9.1.3. Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a notificação, quaisquer empregados considerados com conduta inconveniente pela Administração;

9.1.4. Manter os funcionários uniformizados, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - "EPI"s;

9.1.5. Assegurar que seus empregados zelem por todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, mantendo-os em perfeitas condições de uso;

9.1.6. Exercer a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizados de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências onde serão prestados os serviços;

9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;

9.1.8. Assumir todas as responsabilidades e tomar medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito;

9.1.9. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal as normas de segurança da Administração;

9.1.10. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;

9.1.11. Controlar a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal;

9.1.12. Responsabilizar-se por todos os benefícios previstos em convenção coletiva de trabalho abrangente aos seus funcionários, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução de contrato, conforme exigência legal;

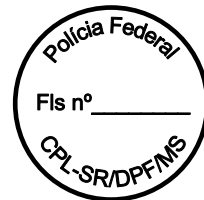
9.1.13. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, observando as recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.1.14. Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;

9.1.15. Comprovar a formação técnica específica da mão-de-obra oferecida, quando da realização das contratações;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



9.1.16. Implantar, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, a mão-de-obra nas respectivas unidades relacionadas no Item 2 deste Termo de Referência;

9.1.17. Prover toda a mão-de-obra necessária para garantir a operação das unidades, nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;

9.1.18. Efetuar a reposição da mão-de-obra nas unidades, em caráter imediato, em eventual ausência;

9.1.19. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender de imediato eventuais substituições solicitadas pela Administração, bem como impedir que a mão-de-obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações da mesma;

9.1.20. Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;

9.1.21. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade observada nas instalações onde houver prestação dos serviços;

9.1.22. Fornecer sem qualquer ônus adicional para a Superintendência Regional de Polícia Federal e cada unidade do interior, desde o início da execução do Contrato, todos os aparelhos, equipamentos e ferramentas necessários para a completa realização dos serviços, de acordo com o ANEXO II, cujo rol não é exaustivo.

10. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO:

10.1. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93;

10.2. Disponibilizar os materiais necessários ao trabalho;

10.3. Disponibilizar instalações sanitárias;

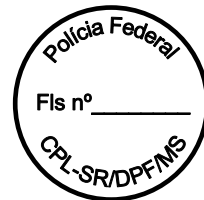
10.4. Realizar os pagamentos pelos serviços prestados, conforme disposições editalícias.

11. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO:

11.1. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente por fiscal designado, podendo para isso fiscalizar o cumprimento, pela CONTRATADA, das obrigações e encargos sociais e trabalhistas, no que se refere à execução do contrato.

11.2. Nos termos do art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, a SR/DPF/MS designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

11.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas ao seu gestor, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

11.4. Da mesma forma, a contratada deverá indicar um **preposto com domicílio na cidade de Campo Grande/MS**, para, se aceito pela SR/DPF/MS, representá-la na execução do Contrato.

11.5. Nos termos da Lei nº 8.666/93, constituirá documento de autorização para a execução dos serviços o Contrato assinado acompanhado da Nota de Empenho.

11.6. A CONTRATANTE poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, se em desacordo com o Contrato.

11.7. A fiscalização da CONTRATANTE terá livre acesso aos locais de trabalho da mão-de-obra da CONTRATADA, para assegurar-se de que as tarefas sejam executadas na forma preestabelecida.

12. FISCALIZAÇÃO:

12.1. A relação mútua entre a contratante e a Contratada será mantida por intermédio de representantes da Administração, designado(s) pela Contratante.

12.2. Toda a atividade de Fiscalização será exercida de modo sistemático pela Contratante e seu(s) designado(s), objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todo os seus aspectos e se manterá desde o início dos serviços até o seu recebimento definitivo.

12.3. A Contratada deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da Fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.

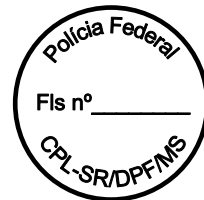
12.4. Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela Fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante;

12.5. Caso a Fiscalização apresente reclamação sobre imperfeição de serviço em execução, a Contratada deve atendê-la no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

12.6. O não atendimento de quaisquer solicitações da Contratante, objeto de Ordem de Serviço ou cronogramas preventivos dentro do prazo estabelecido pelo



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



Contrato e ou Fiscalização, poderá ensejar a Contratante o direito de ordenar a suspensão dos serviços corretivos e preventivos que estiverem sendo executados, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeito a Contratada e sem que esta tenha direito a qualquer indenização.

12.7. A Contratada deverá retirar da execução dos serviços imediatamente, qualquer empregado seu que a critério da Contratante, venha demonstrar conduta nociva, incapacidade técnica ou mantiver atitude hostil para com os servidores da Contratante, substituindo no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após notificação, sempre que exigido pela Administração e independente de qualquer justificativa por parte desta.

12.8. A contratante poderá ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente, bem como, examinar as carteiras profissionais dos empregados da Contratada, para comprovar o registro de função profissional.

12.9. A comunicação entre a Fiscalização e a Contratada deverá ser realizada através de correspondência oficial, podendo ser por processo eletrônico;

12.10. As reuniões oficiais realizadas no local dos serviços serão documentadas por Atas de Reunião, elaboradas pela Fiscalização e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsáveis pelas providências a serem tomadas.

12.11. A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

12.12. A Fiscalização é exercida no interesse da Administração, não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, ainda, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos;

12.13. Sempre que necessário a Fiscalização poderá re-programar as ordens de serviços preventivas e ou corretivas, a fim de atender interesse da Contratante.

13. PRAZO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

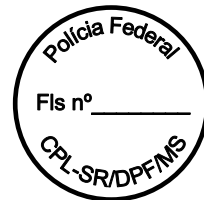
Vide Anexo VI, cláusula 2ª do Contrato.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e no artigo 28 do Decreto nº 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais a CONTRATADA que:

- a) Apresentar documentação falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Fazer declaração falsa;
- f) Cometer fraude fiscal.

14.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de:

b1) 0,5 (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b2) 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a", ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

b3) 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

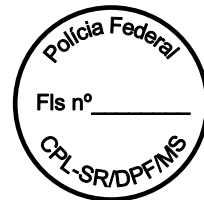
c) para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, conforme as Quadros 1 e 2 a seguir:

Quadro 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% por dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% por dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% por dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% por dia sobre o valor mensal do contrato



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



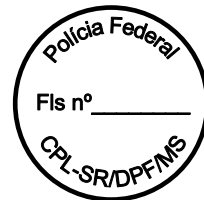
5	3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato
6	4,0% por dia sobre o valor mensal do contrato

Quadro 2

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	6
2	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	5
3	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
4	Permitir a presença de empregado sem uniforme, com uniforme manchado, sujo, mau apresentado e/ou sem crachá, por empregado e por ocorrência;	1
5	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2
6	Não Zelar pelas instalações da SR/DPF/MS, por item e por dia;	3
7	Não Registrar e controlar, diariamente, assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por empregado e por dia;	1
8	Não Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
9	Não Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades, por funcionário e por dia;	1
10	Não Entregar os vales-transporte e/ou ticket-refeição nas datas avançadas, por ocorrência e por dia;	1
11	Não Efetuar a reposição de funcionários faltosos, por funcionário e por dia;	4



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



12	Não Fornecer EPIs (Equipamentos de proteção individual), quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência;	2
13	Não Fornecer, na quantidade e no período previsto neste Termo de Referência, os uniformes para cada categoria, por funcionário e por ocorrência;	2
14	Não Efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato, por dia e por ocorrência;	5
15	Não Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência;	1
16	Não Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta Tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	2

14.3. As multas referidas neste Termo de Referência serão descontadas do pagamento ou cobradas judicialmente.

14.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14.5. Além das penalidades acima, o licitante estará sujeito a demais penalidades previstas nas leis que regem os processos licitatórios.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Os funcionários da CONTRATADA que forem alocados para prestação dos serviços objeto desta contratação, deverão ter procedimento irrepreensível e idoneidade moral inatacável, que serão aferidos por meio de avaliação da vida pregressa e investigação social procedida pela Polícia Federal, sempre que esta julgar necessário.

15.1.1. Quando solicitada, a CONTRATADA, deverá apresentar, em até 2 (dois) dias úteis, os seguintes documentos complementares de seus funcionários:

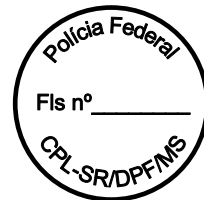
a) Cópia do comprovante da residência atual (água, luz, telefone, contracheque, etc.);

b) Certidões negativas dos ofícios de distribuição da(s) cidade(s) na(s) qual(is) o funcionário tenha residido nos últimos cinco anos, abrangendo os feitos cíveis, criminais, de protestos de títulos, de interdição e de tutelas;

c) Certidões negativas cíveis e criminais da Justiça Federal da(s) cidade(s) na(s) qual(is) o candidato tenha residido nos últimos cinco anos.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



15.2. A desaprovação pelo CONTRATANTE de empregado da CONTRATADA será justificada formalmente, baseada nos antecedentes do mesmo ou por motivo de deficiência técnica.

Campo Grande/MS, 12 de janeiro de 2012.

CLAUDIA MARIA GUIMARÃES DE OLIVEIRA
Pregoeira

FÁBIO NIMER ASSAF
Agente de Polícia Federal